



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

ITEM I – DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Superintendência da Receita Federal em São Paulo

ANEXO X

Referências para composição das informações solicitadas no Anexo II

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA:

1.1 Nome completo e oficial do órgão, entidade, empresa, fundo, etc:

Superintendência Regional da Receita Federal em São Paulo – SRRF08

1.2 Número do CNPJ: 00.394.460/0117-71

1.3 Natureza jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

1.4 Vinculação ministerial: Ministério da Fazenda

1.5 Endereço completo da sede (logradouro, bairro, cidade, CEP, UF, números de telefone e facsímile para contato):

Edifício Sede do Ministério da Fazenda em São Paulo

Av. Prestes Maia, 733 - 12º andar - Centro – São Paulo – CEP 01031-905

Telefone: (11) 2113-2401 / Facsímile: (11) 3227-4356

1.6 Endereço da página institucional na Internet: www.receita.fazenda.gov.br



1.7 Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no Siafi:

Órgão: Receita Federal do Brasil – 25801

1.1 Nome completo oficial do órgão	1.7 Código	1.2 Número do CNPJ
Delegacia da Receita Federal em Araçatuba	170134	00.394.460/0119-33
Delegacia da Receita Federal em Araraquara	170322	02.444.254/0001-24
Delegacia da Receita Federal em Bauru	170135	00.394.460/0120-77
Delegacia da Receita Federal em Campinas	170136	00.394.460/0121-58
Delegacia da Receita Federal em Franca	170323	02.444.258/0001-02
Delegacia da Receita Federal em Guarulhos	170144	00.394.460/0128-24
Delegacia da Receita Federal em Jundiaí	170318	02.444.261/0001-26
Delegacia da Receita Federal em Limeira	170145	00.394.460/0129-05
Delegacia da Receita Federal em Marília	170287	00.394.460/0361-70
Delegacia da Receita Federal em Osasco	170146	00.394.460/0130-49
Delegacia da Receita Federal em Piracicaba	170321	02.444.249/0001-11
Delegacia da Receita Federal em Presidente Prudente	170137	00.394.460/0122-39
Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto	170139	00.394.460/0126-62
Delegacia da Receita Federal em Santo André	170147	00.394.460/0131-20
Delegacia da Receita Federal em Santos	170141	00.394.460/0141-00
Delegacia da Receita Federal em São Bernardo do Campo	170261	00.394.460/0362-51
Delegacia da Receita Federal em São José do Rio Preto	170139	00.394.460/0124-09
Delegacia da Receita Federal em São José dos Campos	170262	00.394.460/0363-32
Delegacia da Receita Federal em São Sebastião	170149	00.394.460/0134-72
Delegacia da Receita Federal em Sorocaba	170142	00.394.460/0127-43
Delegacia da Receita Federal em Taboão da Serra	170319	02.444.251/0001-90
Delegacia da Receita Federal em Taubaté	170143	00.394.460/0125-81
Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos	170150	00.394.460/0132-00
Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos	170148	00.394.460/0133-91
Alfândega do Porto de Santos	170168	00.394.460/0364-13
Inspetoria da Receita Federal em São Paulo	170259	00.394.460/0348-01
Delegacia Especial de Assuntos Internacionais em São Paulo	170320	02.444.334/0001-80
Delegacia da Receita Federal de Fiscalização em São Paulo	170385	04.671.529/0001-98
Delegacia Especial de Instituições Financeiras em São Paulo	170313	02.417.399/0001-36
Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo	170312	02.417.398/0001-91
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ªRF	170133	00.394.460/0117-71



1.8 Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

A criação da SRF se deu pelo decreto 63.659/68 e a sua estrutura atual é definida pelo decreto 5.949/2006, e em seu regimento interno aprovado pela Portaria MF 30/05.

Finalidade: Artigo 123 da Portaria. MF 030 (2005).

Portaria MF nº 030, de 25 de fevereiro de 2005

DOU de 4.3.2005

O **MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 5.136, de 7 de julho de 2004, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias MF nº 259, de 24 de agosto de 2001; nº 374, de 7 de dezembro de 2001; nº 407, de 31 de dezembro de 2001; nº 10, de 7 de janeiro de 2002; nº 64, de 22 de março de 2002; nº 311, de 30 de setembro de 2002; e nº 66, de 24 de março de 2003 e a Portaria SRF nº 3.022, de 29 de novembro de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 15 dias após a data de sua publicação.

ANTONIO PALOCCI FILHO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Alterado pela Portaria MF nº 275, de 15/08/2005)

Art. 123. Às Superintendências Regionais da Receita Federal - SRRF compete, nos limites de suas jurisdições, planejar, programar, supervisionar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de tributação, de arrecadação e cobrança, de atendimento ao contribuinte, de administração de cadastros, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, bem assim as relacionadas com planejamento, organização e modernização.

1.9 Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:

Portaria MF nº 030, de 25/02/2005



**1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade
Jurisdicionada de que trata as contas:**

DOU de 04/03/2005

Informações adicionais:

Função do governo predominante: 04 – Administração

Tipo de atividade: Administração tributária federal

Situação da unidade: Em funcionamento

A handwritten signature or set of initials in the bottom right corner of the page.

Superintendência Regional da Receita Federal em São Paulo
Relatório de Gestão (Anexo X)

1) Dados gerais sobre a unidade jurisdicionada - 1.5 Endereços

Nome do órgão	Logradouro	Bairro	Cidade	UF	CEP	Telefone	Fax
DRF Araçatuba	Rua Miguel Caputti, 60	Santa Maria	Araçatuba	SP	16015-930	(18) 2102-3000	(18) 2102-3015
DRF Araraquara	Av. Rodrigo Fernando Grillo, 2775	Jardim das Flores	Araraquara		14801-534	(16) 2108-3400	(16) 2108-3416
DRF Bauru	Rua Treza de Maio, 7-20	Centro	Bauru		17015-902	(14) 4009-3130	(14) 4009-3187
DRF Campinas	Av. Prefeito Faria Lima, 235	Parque Itália	Campinas		13036-220	(19) 3027-6000	(19) 3027-6179
DRF Franca	Av. Frei Germano, 2324	Estação	Franca		14405-215	(16) 3012-8001	(16) 3012-8013
DRF Guarulhos	Av. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 1253	Vila Augusta	Guarulhos		07040-030	(11) 6888-4903	(11) 6888-4906
DRF Jundiaí	R. Dr. Cavalcanti, 241	Vila Arens	Jundiaí		13201-003	(11) 2152-7200	(11) 2152-7244
DRF Limeira	R. Pedro Zaccaria, 444	Jd. Nova Itália	Limeira		13484-350	(19) 2113-3101	(19) 2113-3193
DRF Marília	Av. Sampaio Vidal, 789	Centro	Marília		17500-906	(14) 2105-3400	(14) 2105-3434
DRF Osasco	R. Avelino Lopes, 156	Centro	Osasco		06090-902	(11) 6856-8200	(11) 6856-8274
DRF Piracicaba	Av. Limeira, 222 - 4º andar	Areão	Piracicaba		13414-018	(19) 2105-3200	(19) 2105-3202
DRF Pres. Prudente	Av. Washington Luiz, 191	Centro	Pres. Prudente		19010-090	(18) 2104-6100	(18) 2104-6128
DRF Ribeirão Preto	Av. Dr. Francisco Junqueira, 2625	Jardim Macedo	Ribeirão Preto		14091-902	(16) 2111-5902	(16) 2111-5850
DRF Santo André	Av. José Caballero, 35	Vila Bastos	Santo André		09040-902	(11) 6884-2158	(11) 6884-2158
DRF Santos	Rua do Comércio, 86	Centro	Santos		11010-922	(13) 4009-1203	(13) 4009-1605
DRF S.B. Campo	R. Mal. Deodoro, 480	Centro	S.B. Campo		09710-000	(11) 6761-6903	(11) 6761-6903
DRF S.J. Rio Preto	R. Roberto Mange, 360	Nova Redentora	S.J. Rio Preto		15090-150	(17) 4009-7310	(17) 4009-7311
DRF S.J. Campos	Av. Nove de Julho, 332	Vila Adyana	S.J. Campos		12243-001	(12) 2139-0203	(12) 2139-0170
DRF S. Sebastião	Av. Dr. Altino Arantes, 614	Centro	S. Sebastião		11600-000	(12) 3892-1500	(12) 3892-2366
DRF Sorocaba	R. Prof. Dirceu Ferreira da Silva, 111	Alto da Boa Vista	Sorocaba		18013-565	(15) 4009-4500	(15) 4009-4550
DRF Taboão da Serra	R. João Café Filho, 105	Jd. São Miguel	Taboão da Serra		06760-050	(11) 2112-9751	(11) 2112-9790
DRF Taubaté	Av. Desembargador Paulo Oliveira Costa, 399	Centro	Taubaté		12010-900	(12) 2125-2100	(12) 2125-2163
Alf Aero de Guarulhos	R. Jamil João Zarif S/N - Terminal de cargas - Setor B	Cumbica	Guarulhos		07143-000	(11) 6445-5772	(11) 6412-6149
Alf Aero Viracopos	Rodovia Santos Dumont S/N - Km 8,2 - Saída 66 A	Viracopos	Campinas		13052-970	(19) 2127-4600	(19) 2127-4633
Alf Porto de Santos	Praça da República S/N	Centro	Santos		11013-905	(13) 4009-1500	(13) 4009-1605
Inspetoria São Paulo	Av. Celso Garcia, 3580	Tatuapé	São Paulo		03064-000	(11) 2112-9843	(11) 6192-9095
Deain	R. Avanhandava, 55 - 9º andar	Bela Vista	São Paulo		01306-001	(11) 2112-9340	(11) 2112-9346
Defic	Av. Pacaembu, 715	Santa Cecília	São Paulo		01234-0001	(11) 2112-9402	(11) 2112-9434
Deinf	R. Avanhandava, 55	Bela Vista	São Paulo		01306-001	(11) 2112-9086	(11) 2112-9101
Derat	R. Luis Coelho, 197 - 12º andar	Consolação	São Paulo		01309-001	(11) 3797-6034	(11) 3797-6906
Superintendência	Av. Prestes Maia, 733 - 12º andar	Centro	São Paulo		01031-905	(11) 2113-2401	(11) 3227-4356





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

ITEM II – OBJETIVOS E METAS



Item 02 do Anexo II , combinado com o Anexo X da DN/TCU/Nº 81/2006

2.1 Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas :

A Secretaria da Receita Federal tem sob sua responsabilidade um único Programa vinculado ao Plano Plurianual – PPA 2004-2007 do Governo Federal: o Programa (0770) Administração Tributária e Aduaneira.

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

2.2 Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários :

A consolidação de toda a ação da SRF em um único programa no PPA 2004-2007 visou melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior - isto é, as atividades exercidas na área do controle e administração fiscal do comércio exterior se sustentam nos mesmos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos alocados no restante das atividades da SRF.

As metas financeiras para a 8ªRF (sub-órgão 17.17) foram definidas pela Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) e assim como as despesas correntes realizadas em 2006 referentes ao Programa **(0770) Administração Tributária e Aduaneira** estão apresentadas no quadro a seguir detalhadas por Plano Interno (PI).

Com relação aos PI executados pela 8ªRF, pode-se perceber que a maior parte dos recursos foram utilizados na Gestão e Administração do Programa – RFB que compreende todas as atividades administrativas que dão suporte ao funcionamento da SRF, tais como contratos de aluguéis de imóveis, contratos de serviços de limpeza e vigilância, manutenção predial, aquisição de material de consumo, etc.

Já no que diz respeito ao PI-Arrecadação Tributária e Aduaneira e PI-Auditoria e Fiscalização Tributária, ambos diretamente vinculados ao cumprimento da missão da SRF, estão englobadas despesas tais como planejamento e controle das atividades de fiscalização e controle aduaneiro, deslocamento dos servidores, controle patrimonial e armazenagem de mercadorias apreendidas, etc.

O PI-Ações de Caráter Sigiloso refere-se às atividades de caráter reservada realizadas com o objetivo de investigar e combater os ilícitos fiscais, especialmente dos que caracterizam crimes contra a ordem tributária, contrabando e descaminho.



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Meta Financeira Prevista x Executada - Item 02 do Anexo II da ND/TCU/81 e Anexo IX da Portaria CGU 555/06

Exercício: 2006

Base: 19-JAN-2007

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência

DEZEMBRO

Subórgão UGE

1717 8A. REGIAO FISCAL - SRF

Grupo de Despesa

3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Programa

0770 - Administração Tributária e Aduaneira

Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006 - Excluídos os PI's de responsabilidade do Órgão Central

PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO	Meta Financeira Prevista	Crédito Empenhado Liquidado
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - RFB		71.711.273,41
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA		4.929.293,71
0 3630	04129077022380001	ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA		14.316.822,06
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO		1.312,80
TOTAL			100.019.324,70	90.958.701,98

Do quadro acima foram excluídos os Planos Internos de competência do Órgão Central e que estão sob análise centralizada na Tomada de Contas da Unidade Gestora 170010 - Secretaria da Receita Federal

Planos Internos de responsabilidade do órgão Central que foram excluídos:

ADIDORF, ACOSIGRF, ADIDOMATRF, COANASRF, COFISSRF, COGEPSSRF, COGERSRF, COPATRF, COPATSRF, COPEISRF, COPOLSRF, CORATSRF, COSITSRF, COTECSRF, DRJRF, GABSRF, MATPERMARF, MODERADUARF, MODERTECRF, TREAPERUC





2.3 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto / atividade ou ação administrativa :

➤ Indicador de Execução Orçamentária das Despesas de Custeio (exceto Procad) e Investimentos:

Objetivo : Avaliar a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF

Fórmula de cálculo: (1) Comparativo do valor total das despesas de custeio realizadas com o valor total das despesas de custeio programadas, no período.

(2) Comparativo do valor total dos investimentos realizados com o valor total dos investimentos programados, no período.

Periodicidade : Trimestral

Responsável : Copol/Comat

Fonte: Sistema Siafi e limites fixados após a aprovação da LOA

Nível organizacional: Nacional, Unidades Centrais, Regional, SRRF, DRJ e Local

Dimensão : Eficácia

Execução Orçamentária na 8ªRF em 2006			
Despesas	Programada em R\$ 1,00	Executada (**) em R\$ 1,00	Indicador
Custeio (*)	100.019.324,70	92.493.389,06	92,48%
Investimento	95.155.368,19	95.155.368,19	100,00%
Total	195.174.692,89	187.648.757,25	96,14%

(*) Exceto as despesas com o Procad.

(**) Foram incluídas despesas realizadas pela SRRR08 mas que eram de responsabilidade das Unidades Centrais da SRF.

2.4 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas:

Não há metas físicas previstas na Lei Orçamentária para o Programa (0770) Administração Tributária e Aduaneira.

Quanto às metas financeiras, na Lei Orçamentária só há previsão de valores globais para todo o órgão Secretaria da Receita Federal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

ITEM III – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO



Item 03 do Anexo II , combinado com o Anexo X da DN/TCU/Nº 81/2006

INDICADORES DE GESTÃO

A Secretaria da Receita Federal utiliza no seu dia-a-dia uma gama variada e extensa de indicadores, notadamente de caráter operacional, com vistas a monitorar os diversos processos de trabalho que executa. Tais indicadores foram definidos nacionalmente e a apuração e divulgação dos mesmos é realizada pela Coordenação Especial de Planejamento e Avaliação Institucional (Copav).

De um modo geral, todos os sistemas informatizados que dão suporte aos processos de trabalho e atividades desenvolvidos pela SRF dispõem de informações e indicadores gerenciais próprios, permitindo aos Administradores exercer um controle adequado desses processos. Em sua maioria, no entanto, esses indicadores têm alcance apenas parcial e, embora fundamentais para o gerenciamento de processos e atividades internos, não são adequados para a avaliação da Instituição como um todo, em especial no que diz respeito à eficácia e efetividade de sua atuação.

A Superintendência Regional da Receita Federal na 8ªRF elegeu os seguintes indicadores, os quais apresentam as seguintes características :

- 1- são passíveis de apuração regional ou localmente,
- 2- permitem avaliar a eficácia e a eficiência da Instituição e mensurar seus resultados.

➤ Indicador de Realização da Meta Global da Arrecadação:

Objetivo : Mensurar o grau de consecução da meta global de arrecadação

Fórmula de cálculo: Comparativo da arrecadação das receitas administradas pela SRF com a meta de arrecadação, no período.

Periodicidade: Trimestral

Responsável: Copat

Fonte: Sistemas Siadi, Ângela, DW-Arrecadação, Previsão estabelecida na Lei Orçamentária

Nível organizacional: Nacional e Regional

Dimensão: Eficácia



Realização da Meta Global da Arrecadação na 8ªRF			
Ano	Arrecadação * R\$ 1.000,00	Meta R\$ 1.000,00	Indicador
2004	129.019.952	123.137.980	104,78%
2005	147.028.379	142.155.170	103,43%
2006	161.261.433	159.479.373	101,12%

* A Arrecadação engloba toda a Receita Administrada pela SRF, ou seja, os impostos e contribuições sociais.

➤ **Indicador de facilitação do comércio exterior:**

• **Tempo médio de despacho aduaneiro na importação - líquido e bruto.**

Objetivo: Medir a agilidade dos procedimentos na importação

Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da DI até o seu desembaraço, no período.

Periodicidade: Trimestral

Responsável: Coana

Fonte: Siscomex Gerencial

Nível organizacional: Nacional, Regional e Local

Dimensão: Eficiência

Tempo médio de despacho aduaneiro na importação na 8ªRF* (dd:hh:mm)				
Ano	Líquido **	Varição	Bruto	Varição
2004	01:18:25		02:10:51	
2005	00:17:36	- 4,48%	02:08:42	- 1,64%
2006	00:18:53	+ 7,29%	02:52:58	+ 34,40%

* Engloba os canais verde, amarelo, vermelho e cinza.

** Exclui os tempos de interrupção do despacho aduaneiro para efeitos de cumprimento, pelo importador/despachante, de exigências feitas pelo Fisco.

• **Tempo médio de despacho aduaneiro na exportação - líquido e bruto.**

Objetivo: Medir a agilidade dos procedimentos na exportação

Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da DE até o seu desembaraço, no período.

Periodicidade: Trimestral

Responsável: Coana

Fonte: Siscomex Gerencial

Nível organizacional: Regional

Dimensão: Eficiência



Tempo médio de despacho aduaneiro na exportação na 8ªRF* (dd:hh:mm)				
Ano	Líquido **	Varição	Bruto	Varição
2004	00:06:45		00:07:06	
2005	00:04:35	-32,20%	00:05:17	-25,67%
2006	00:05:42	+ 24,29%	00:07:11	+ 35,96%

* Engloba os canais verde, laranja e vermelho.

** Exclui os tempos de interrupção do despacho aduaneiro para efeitos de cumprimento, pelo exportador/despachante, de exigências feitas pelo Fisco.

➤ **Indicadores de facilitação do cumprimento das obrigações tributárias:**

• **Tempo médio de espera por atendimento nos CAC e Agências da SRF.**

Objetivo : Medir a agilidade na prestação dos serviços nos CAC

Fórmula de cálculo: Somatório do tempo total de espera nos CAC no período dividido pela quantidade de atendimentos nos CAC no período.

Periodicidade: Trimestral

Responsável: Corat/Cofic

Fonte: Sistema Saga

Nível organizacional: Regional

Dimensão: Eficiência

Tempo médio de espera por atendimento na 8ªRF (hh:mm:ss)			
Ano	Quantidade	Tempo de Espera	Varição
2004	3.940.868	00:40:09	
2005	3.181.336	00:31:24	-21,77%
2006	3.193.334	00:23:26	-25,37%



Com relação às tabelas de fls. 319 e 320, insertas na análise do Indicador de Facilitação do Comércio Exterior, seguem os seguintes comentários gerais:

TEMPOS BRUTOS DE DESPACHO: refere-se ao tempo decorrido desde o momento de registro de declaração (de exportação/importação) até o seu desembaraço, sem descontar os tempos em que o despacho permaneceu no aguardo de alguma providência do interessado e/ou passar de uma fase para outra (recepção de documentos, conferência documental, conferência física, desembaraço, exigências a serem cumpridas por parte do interessado, etc).

TEMPOS LÍQUIDOS DE DESPACHO: são computados neste indicador somente os tempos em que a declaração esteve em análise por parte da SRF, descontados os tempos em decorrência de ações de responsabilidade do exportador ou importador. Resumindo, é o indicador que mede os tempos de trabalho exclusivos da Receita Federal nos despachos de exportação e importação.

Trata-se de indicador gerencial, que fornece uma visão geral da maneira como estão sendo desempenhados os trabalhos nas unidades aduaneiras, indicando o tempo de processamento das declarações de exportação e importação.

Em que pese os elementos demonstrados, esse indicador não fornece, isoladamente, elementos para identificar as causas das variações¹.

¹ As variáveis presentes num despacho de importação e exportação são inúmeras: quantidade de mão-de-obra alocada nos despachos, experiência do servidor naquele tipo de trabalho, complexidade das mercadorias envolvidas no despacho, risco potencial de fraude nos despachos (o que implica uma análise mais ou menos detalhada da declaração), demanda da unidade (e conseqüente necessidade de alocação da mão-de-obra em outra atividade), etc.



Há grande diferença entre as unidades da 8ª RF, e entre a 8ª RF e o Brasil.

Cada uma das alfândegas e inspetorias tem funções, jurisdições e tipos de carga (aérea/marítima/terrestre) diferentes.

Assim, o indicador de tempo de despacho não é suficiente para nos indicar conclusão sobre eficiência ou não da unidade ou dos intervenientes no despacho relacionados ao tempo bruto (depositário, importador/exportador, órgãos anuentes, etc).

Com relação ao tempo de despacho de exportação (fls. 320), ressaltamos que, embora as variações percentuais sejam significativas, os números absolutos de tempos de despacho são pequenos, envolvendo variações de no máximo duas horas, tempo esse razoável se considerarmos a complexidade mínima envolvida na análise de despachos de exportação.

Ressalta-se que a 8ª RF, comparativamente à média de tempos nacional, apresenta os melhores indicadores de tempo bruto e líquido, conforme quadro abaixo:

Ano	Líquido	Bruto
2004	19h36m	20h21m
2005	13h54m	15h13m
2006	11h02m	12h23m

É preciso considerar, ademais, que a quantidade de declarações de exportação saltou na 8ª RF de 506.401 DDE em 2004, para 555.150 DDE em 2006, o que representa 40% de todas as declarações de exportação do país.



No que toca à tabela de fls 319, relativa ao tempo de despacho de importação, observa-se a necessidade de uma análise aprofundada, em razão da quantidade e complexidade das variáveis envolvidas.

Na exportação, a legislação é praticamente estável² desde 1994, o que não ocorre na importação.

As importações refletem melhor a dinâmica de constante mudança do comércio exterior, e a conseqüente mudança de legislação e procedimentos, para coibir fraudes que se sofisticam e se multiplicam a cada ano.

Sob este aspecto, o indicador de tempo de despacho na importação, pura e simplesmente, é incapaz de traduzir o imenso contexto em que se insere um despacho de importação, até mesmo em razão do maior potencial de risco de danos à economia e ao erário público.

Na 8ª RF, são registradas mais de 50% das declarações de importação do Brasil, sendo internalizadas, aqui, todo tipo de mercadorias: desde *commodities* (trigo, por exemplo) até máquinas e equipamentos de alta complexidade tecnológica.

Os tempos bruto e líquido de despacho na importação também não podem considerar a variação percentual.

Os números absolutos revelam um aumento líquido de 01h e 17m no desempenho das tarefas da SRF na importação (líquido) de 2005 para 2006, o que representa pouco, principalmente se levarmos em conta o aumento de declarações de importação na 8ª RF - que saltou de 659.548DI em 2004, para 689.127 em 2005 e 770.158 em 2006.

² Não há imposto envolvido, etc.



O tempo bruto aumentou em 44horas (de 02d 08h 42m em 2005 para 02d 52h 58m em 2006). A *priori*, podemos dizer é que o importador demorou mais para poder cumprir com suas obrigações legais. Porquê? Impossível dizer sem análise bastante aprofundada de cada unidade e do importador, envolvendo inclusive o grau de conhecimento da legislação, e das suas mudanças, entre outros.

Assim como o aumento do tempo líquido, o aumento no tempo bruto de despacho (tudo em valores absolutos) não está representando, em nosso entender, uma perda de eficiência.

As importações cresceram e com elas cresceram também a quantidade de fraudes e de trabalho, tanto para a SRF quanto para os importadores.

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



Relativamente ao quadro Tempo Médio de Espera por Atendimento na 8ª RF, esclarecemos que o tempo médio de espera nos CAC apurado na 8ª RF no ano de 2006 foi de 00:23:26, o que representou uma variação a menor de 25,37% (0:07:58) em relação ao ano anterior (0:31:24).

A justificativa para essa diminuição do tempo de espera deve-se aos seguintes fatores:

- a) injeção de mais servidores lotados nos CAC com a vinda dos novos TRF, no ano de 2006 são 369 servidores em média lotados nos CAC e em contra-partida no anterior eram 293;
- b) fruto da implementação da sistemática de envelopamento dos serviços, principalmente nos CAC da Derat/SPO;
- c) redução nos estoques dos diversos serviços do sistema de envelopamento, com os novos recursos de mão de obra, devidamente treinada (TRF novos);
- d) redução significativa no quantitativo total de atendimento presencial dos serviços de maior complexidade, principalmente na CND, com a implantação da certidão por empresa, com a alteração ocorrida na legislação para a emissão da CND que contemplou a implantação da CND Conjunta com a PGFN na *Internet*. Somado a isto, a mudança de comportamento por parte do contribuinte/contabilista que contribuíram para os números apresentados, especialmente nos serviços de pesquisas de situação fiscal e redarf.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

ITEM IV – ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS



Item 04 do Anexo II , combinado com o Anexo X da DN/TCU/Nº 81/2006 e combinado com o Anexo IX da Portaria CGU nº 555/06

4.1 Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

A Secretaria da Receita Federal tem sob sua responsabilidade um único Programa vinculado ao Plano Plurianual – PPA 2004-2007 do Governo Federal: o Programa (0770) Administração Tributária e Aduaneira.

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

4.2 Indicadores ou parâmetros utilizados na análise

➤ **Indicador de Execução Orçamentária das Despesas de Custeio (exceto Procad) e Investimentos:**

Objetivo : Avaliar a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF

Fórmula de cálculo: (1) Comparativo do valor total das despesas de custeio realizadas com o valor total das despesas de custeio programadas, no período.

(2) Comparativo do valor total dos investimentos realizados com o valor total dos investimentos programados, no período.

Periodicidade : Trimestral

Responsável : Copol/Comat

Fonte: Sistema Siafi e limites fixados após a aprovação da LOA

Nível organizacional: Nacional, Unidades Centrais, Regional, SRRF, DRJ e Local

Dimensão : Eficácia

Execução Orçamentária na 8ªRF em 2006			
Despesas	Programada em R\$ 1,00	Executada em R\$ 1,00	Indicador
Custeio (*)	100.019.324,70	92.493.389,06	92,48%
Investimento	95.155.368,19	95.155.368,19	100,00%
Total	195.174.692,89	187.648.757,25	96,14%

(*) Exceto as despesas com o Procad.

4.3 Metas físicas e financeira realizadas (valor alcançado):

Será igual ao demonstrativo da despesa executada do item 2.2



4.4 Avaliação do Resultado, indicando as causas de sucesso e insucesso:

À Superintendência Regional, por ser uma Unidade tática, cabe planejar, programar, supervisionar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades realizadas dentro de sua Região Fiscal, especialmente as relacionadas com a missão da SRF : arrecadar o esperado, prestar serviços de excelência e controlar e facilitar o comércio exterior.



A execução de tais atividades compete às Delegacias, Alfândegas e Inspetorias que são as Unidades operacionais da SRF.

Para melhor demonstrar os resultados obtidos pela 8ªRF, considerando as principais atividades realizadas, é possível apresentar um quadro-resumo contendo as principais atividades-fim estão relacionadas necessário apresentar o resumo das principais atividades realizadas em toda a Região Fiscal com o objetivo de cumprir a missão institucional da SRF.

ATIVIDADES-FIM NA 8ªRF - Quadro Resumo

Descrição das atividades	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
Arrecadação Federal de Tributos e Contribuições		
Receita Administrada Bruta	R\$ bilhões	162,08
Receita Administrada Líquida	R\$ bilhões	161,90
Despacho Aduaneiro na Importação na Exportação	Declaração ✓ DI ✓ DDE ✓	
Atendimento pessoal (CAC e Agências)	Serviços prestados	3.193.334
Recepção de declarações	Declaração	
Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (DIRPF)		7.338.845
Declarações de Informações das Pessoas Jurídicas (DIPJ)		1.307.986
Outras declarações de pessoas jurídicas (DCTF, DIRF, CPMF e outras)		2.312.693
Declarações do ITR		489.421
Auditoria e Fiscalização	Ação Fiscal	
Fiscalização aduaneira ✓		1.016
Fiscalização de tributos internos - PF e PJ ✓		6.442 ✓
Cobrança		

Ver o resumo de...

Pessoa Jurídica ✓	PJ cobradas	693.166 ✓	 
Pessoa Física ✓	PF cobradas	294.106 ✓	
Processos enviados para inscrição na Dívida Ativa da União	Processos		
Enviados pelo Profisc ✓		17.763 ✓	
Envio Eletrônico – PJ ✓		137.352 ✓	329

I. Arrecadação

Como pode-se perceber com a apresentação no Item 03 do Indicador de Realização da Meta Global de Arrecadação, a 8ªRF superou em 1,12% a meta fixada. No entanto, comparando-se com 2005 e 2004 verifica-se que o atingimento das metas propostas está se tornando uma tarefa cada vez mais árdua. O que vem ocorrendo é que acima da previsão de arrecadação elaborada a partir de variáveis macroeconômicas definidas pela SPE/MF e com base em metodologia científica, têm sido definidas metas adicionais que estão vinculadas a esforços extras de arrecadação, nem sempre passíveis de serem realizados ou dentro do nível de governabilidade da Superintendência, ou mesmo da SRF como um todo.

Em 2006, a 8ª RF arrecadou R\$ 162,08 bilhões a título de impostos e contribuições administrados pela SRF. Dessa maneira, verificou-se um incremento nominal de 10,23% e um incremento real de arrecadação de 5,81%, descontada a inflação média do período que, de acordo com o IPCA/IBGE, foi de 4,18%. Com respeito às expectativas de arrecadação para o período, foram realizados 101,63% dos valores previstos. Este resultado está relacionado ao fato de que, para adequar a previsão de arrecadação ao primeiro decreto de execução orçamentária do ano (Decreto 5.780/06), a COPAN/COPAT optou por adotar como previsão de arrecadação para o período de janeiro a abril de 2006 a arrecadação efetiva daqueles meses.

Em termos comparativos, a 8ªRF ampliou sua participação nacional em 2006 para 43,54%, quando em 2005 esta participação era de 42,82%.

O quadro a seguir apresenta os valores, a preços correntes, da arrecadação das receitas federais nos anos de 2006 e 2005 na 8ªRF:





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DE ARRECADAÇÃO FEDERAL - 8ª RF

PERÍODO: janeiro a dezembro

Em R\$ milhões

TRIBUTOS	ARRECADAÇÃO		VARIÇÃO		PREVISÃO	ÍNDICE REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO % NA RECEITA ADMINISTRADA	
	2006 (1)	2005 (2)	NOMINAL	REAL			2006	2005
			(1)/(2)	(1)/(2)				
I. Importação	5.125	4.978	2,97%	(1,17%)	5.187	98,81%	3,16%	3,39%
I. Exportação	4	14	(71,47%)	(72,62%)	6	62,66%	0,00%	0,01%
I.P.I. Total	13.149	12.345	6,51%	2,23%	12.896	101,97%	8,11%	8,40%
Fumo	712	715	(0,38%)	(4,38%)	719	98,99%	0,44%	0,49%
Bebidas	834	714	16,92%	12,22%	745	111,97%	0,51%	0,49%
Veículos	1.945	1.675	16,15%	11,49%	2.017	96,44%	1,20%	1,14%
Outros	9.657	9.242	4,49%	0,30%	9.414	102,59%	5,96%	6,29%
Industrial	6.650	6.496	2,38%	(1,74%)	6.610	100,61%	4,10%	4,42%
Vinculado	2.704	2.531	6,85%	2,56%	2.619	103,23%	1,67%	1,72%
A. Legais	303	216	40,55%	34,91%	185	163,94%	0,19%	0,15%
I.R. Total	59.023	53.121	11,11%	6,65%	58.372	101,12%	36,42%	36,13%
P. Física	3.407	3.008	13,26%	8,71%	3.093	110,17%	2,10%	2,05%
Carnê Leão	1.732	1.705	1,54%	(2,54%)	1.547	111,97%	1,07%	1,16%
Quotas	1.470	1.148	27,97%	22,83%	1.349	108,96%	0,91%	0,78%
A. Legal	206	155	33,16%	27,81%	197	104,31%	0,13%	0,11%
P. Jurídica	22.724	20.090	13,11%	8,57%	22.126	102,70%	14,02%	13,66%
Ent. Financ	4.667	4.323	7,95%	3,61%	5.005	93,24%	2,88%	2,94%
Dem. Obrig.	11.675	10.281	13,56%	9,00%	11.005	106,08%	7,20%	6,99%
Luc. Infl.	56	15	283,66%	268,25%	22	259,48%	0,03%	0,01%
Nao Obrig.	5.211	4.613	12,96%	8,43%	5.349	97,42%	3,21%	3,14%
Inc. Fiscal	21	78	(73,20%)	(74,28%)	34	62,02%	0,01%	0,05%
A. Legais	1.094	780	40,31%	34,68%	712	153,80%	0,68%	0,53%
Fonte	32.892	30.023	9,56%	5,16%	33.153	99,21%	20,29%	20,42%
Trabalho	14.101	13.221	6,66%	2,37%	15.122	93,25%	8,70%	8,99%
Capital	12.811	11.839	8,21%	3,86%	13.054	98,13%	7,90%	8,05%
Remessas	3.967	3.300	20,20%	15,37%	3.133	126,62%	2,45%	2,24%
Outros	1.713	1.404	21,99%	17,09%	1.594	107,48%	1,06%	0,95%
A. Legais	301	258	16,47%	11,79%	251	119,88%	0,19%	0,18%
I. O. F.	4.676	4.211	11,03%	6,57%	4.552	102,71%	2,88%	2,86%
I. T. Rural	104	81	27,46%	22,35%	84	122,99%	0,06%	0,06%
C.P.M.F.	20.298	18.120	12,02%	7,52%	19.735	102,85%	12,52%	12,32%
COFINS	37.310	34.556	7,97%	3,63%	37.689	99,00%	23,02%	23,50%
PIS-PASEP	9.444	8.490	11,23%	6,77%	9.451	99,93%	5,83%	5,77%
Cont. L. Líquido	11.501	9.974	15,31%	10,67%	10.547	109,05%	7,10%	6,78%
Cide-Combustíveis	9	0	-	-	61	15,49%	0,01%	0,00%
Pagtº Unificado	107	0	-	-	-4	(2867,74%)	0,07%	0,00%
Cont. FUNDAF	104	72	44,51%	38,70%	78	132,13%	0,06%	0,05%
Out. Rec. Adm.	1.221	1.068	14,37%	9,78%	825	148,07%	0,75%	0,73%
Rec. Administrada	162.075	147.029	10,23%	5,81%	159.479	101,63%	100,00%	100,00%
Taxas	76	88	(13,33%)	(16,81%)	-	-	-	-
Demais Receit.	523	389	34,37%	28,97%	-	-	-	-
Receita do Tesouro	162.675	147.507	10,28%	5,85%	-	-	-	-



Relativamente às variações percentuais referidas no Relatório de Informações de Arrecadação Federal – 8ª RF, às fls. 325 , informamos¹ o que segue:

Tributo	Índices de Realização	Participação no Total Arrecadado
I.Exportação	62,66%	0,00%
IRPJ-Lucro Inflacionário	259,48%	0,03%
IRPJ-Incentivos Fiscais	62,02%	0,01%
IRPJ-Acréscimos Legais	153,80%	0,68%
I.T.Rural	126,62%	0,06%
IRRF-Fonte-Remessas	122,99%	2,45%
Cide-Combustíveis	15,49%	0,01%
Fundaf	132,13%	0,06%
Outras Receitas	148,07%	0,75%
TOTAL	-----	3,99%

As variações apontadas neste item decorrem, em parte, do fato dos indicadores de preço e quantidade, estimados pela Secretaria de Política Econômica e utilizados na previsão dos tributos, restarem distanciados da realidade nacional.

Salientamos, ademais, a adição de valores para compatibilizar a previsão técnica à meta de arrecadação fixada no Decreto 5.780/06 (ajuste COPAN), como os que seguem abaixo:

I.Exportação:

→ Efeito-preço: variação da taxa de câmbio média projetada pela SPE para 2006, i.e., -4,01%. (real: -10,64)

¹ Vale ressaltar que os tributos que alcançaram baixo índice de realização têm relevância diminuta se comparados ao total da arrecadação, e que a meta estipulada para a SRRF08 foi cumprida integralmente, com superávit de 1,63%.

- Efeito-quantidade: projeção da SPE para o crescimento, do PIB em 2006 i.e., 4,50%. (real: 2,90%)
- Ajuste COPAN

jan	(278.200)	mai	-	set	-
fev	(340.000)	jun	-	out	-
mar	(56.000)	jul	-	nov	-
abr	(473.000)	ago	-	dez	-
total do ano					(1.147.200)

IRPJ-Incentivos Fiscais

A arrecadação desta rubrica mostra-se muito irregular, não sendo possível identificar qualquer tendência para efeito de previsão.

- Valor-base: arrecadação média observada no período de abril a dezembro de 2005.
- Efeito-preço: inflação média projetada pela SPE para 2006, i.e., 3,82%. (real: 3,09%)
- Efeito-quantidade: +4,50% (real: 2,90%) referentes ao crescimento do PIB estimado para 2006 pela SPE.
- Ajuste COPAN

jan	(2.388.000)	mai	-	set	2.000
fev	(772.000)	jun	(8.000)	out	(13.000)
mar	113.000	jul	35.000	nov	13.000
abr	(2.725.000)	ago	43.000	dez	53.000
total do ano					(5.647.000)

Cide-Combustíveis:

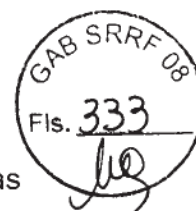
Insuficiência de arrecadação no código 9331-Cide – mercado interno, no período de agosto a dezembro, tendo em vista o maior contribuinte do tributo (98%) não ter efetuado recolhimentos nesse período.

IRPJ-Lucro Inflacionário: expressivos recolhimentos em julho e dezembro na rubrica IRPJ-Renda Variável.

IRPJ-Acréscimos Legais: multa e juros de recolhimentos em atraso e lançamentos de ofício sobre diversos contribuintes.

I.T.Rural: Indica mudança de patamar de arrecadação, prováveis causas: atualização de valores da terra nua, aumento no volume de declarações, efeito de atuações da fiscalização, tendo em vista o crescimento nas rubricas de multa e juros de ofício.

IRRF-Fontes- Remessas: Expressivo aumento nos recolhimentos sobre rendimentos do trabalho de residentes no exterior.



Fundaf: crescimento localizado nas receitas de leilões de mercadorias apreendidas.

Outras Receitas: aumento significativo na rubrica de depósitos judiciais-outros

Seguem, no quadro abaixo, as justificativas requeridas para as VARIAÇÕES REAIS da arrecadação, indicadas no quadro de informações da arrecadação federal relativo ao período de janeiro a dezembro de 2006:

Tributo	Variação Real	Participação no Total Arrecadado
IPI-Bebidas	12,22%	0,51%
IPI-Veículos	11,49%	1,20%
IPI-Acréscimos Legais	34,91%	0,19%
IRPF-Quotas	22,83%	0,91%
IRPF-Acréscimos Legais	268,25%	0,13%
IRPJ-Lucro Inflacionário	122,99%	0,03%
IRPJ-Incentivos Fiscais	15,49%	0,01%
IRPJ-Acréscimos Legais	34,68%	0,68%
IRRF-Remessas	15,37%	2,45%
IRRF-Outros	17,09%	1,06%
I.T.Rural	22,35%	0,06%
TOTAL	-----	7,23%

Variação real calculada com base no IPCA médio: 4,18%

IPI-BEBIDAS

Recolhimentos expressivos por conta do PAEX

IPI-VEÍCULOS

Crescimento nas vendas internas (11,47%, conforme nº veículos novos licenciados (dados da Anfavea))

IPI-ACRÉSCIMOS LEGAIS

Multa e juros de recolhimentos em atraso e lançamentos de ofício sobre diversos contribuintes, inclusive referente ao PAEX

IRPF-QUOTAS

Correção da Tabela do IRPF abaixo da inflação.



IRPF-ACRÉSCIMOS LEGAIS

Multa e juros de recolhimentos em atraso e lançamentos de ofício sobre diversos contribuintes.

IRPJ-LUCRO INFLACIONÁRIO

Expressivos recolhimentos em julho e dezembro na rubrica IRPJ-Renda Variável.

IRPJ-INCENTIVOS FISCAIS

Decréscimo no valor destinado aos fundos de incentivos
A arrecadação desta rubrica mostra-se muito irregular, tendo em vista depender de decisão do contribuinte:

IRPJ-ACRÉSCIMOS LEGAIS

Multa e juros de recolhimentos em atraso e lançamentos de ofício sobre diversos contribuintes, inclusive relacionado ao PAEX.

IRRFFonte-REMESSAS

Expressivo aumento nos recolhimentos sobre rendimentos do trabalho de residentes no exterior.

IRRFFonte-OUTROS

Aumento distribuído entre as rubricas "remuneração de serviços prestados por PJ" e "depósitos judiciais".

I.T.RURAL

Percebe-se uma mudança no patamar de arrecadação, prováveis causas:
Atualização de valores da terra nua, aumento no volume de declarações, efeito de atuações da fiscalização, tendo em vista o crescimento nas rubricas de multa e juros de ofício.

Quanto à divergência nos quadros de arrecadação do ano de 2006 (fls. 319 – fls. 325), esclarecemos que o relativo à Realização da Meta Global de Arrecadação (fls. 319), equivocadamente, não considerou os valores da compensação positiva SIAFI², motivo pelo qual, diante das nossas escusas, solicitamos que o valor considerado seja o constante do quadro aberto e detalhado.

² Somente a partir de 2007 estas compensações deverão ser excluídas.



O quadro a seguir apresenta os valores, a preços correntes, da arrecadação das receitas federais nos anos de 2006 e 2005 em todas as Unidades da 8ªRF:

PERÍODO: janeiro a dezembro

Em R\$ milhões

UNIDADES SUB-REGIONAIS	ARRECADAÇÃO		VARIÇÃO		PREVISÃO (3)	ÍNDICE REALIZAÇÃO (1)/(3)	PARTICIPAÇÃO % NA RECEITA ADMINISTRADA	
	2006 (1)	2005 (2)	NOMINAL	REAL			2006	2005
			(1)/(2)	(1)/(2)				
ARAÇATUBA	325	284	14,56%	14,56%	301	108,03%	0,20%	0,19%
BAURU	1.034	919	12,54%	12,54%	1.002	103,14%	0,64%	0,62%
CAMPINAS	7.730	7.953	(2,81%)	(2,81%)	7.886	98,02%	4,77%	5,41%
PRES. PRUDENTE	337	313	7,97%	7,97%	327	103,06%	0,21%	0,21%
SANTOS	1.306	1.399	(6,64%)	(6,64%)	1.303	100,20%	0,81%	0,95%
S. J. R. PRETO	1.038	887	17,00%	17,00%	1.007	103,10%	0,64%	0,60%
TAUBATÉ	1.449	1.225	18,27%	18,27%	1.363	106,29%	0,89%	0,83%
RIBEIRÃO PRETO	1.455	1.208	20,47%	20,47%	1.374	105,89%	0,90%	0,82%
SOROCABA	3.198	2.800	14,22%	14,22%	3.129	102,21%	1,97%	1,90%
GUARULHOS	3.058	2.667	14,69%	14,69%	3.101	98,61%	1,89%	1,81%
LIMEIRA	1.592	1.482	7,41%	7,41%	1.516	105,02%	0,98%	1,01%
OSASCO	6.015	5.222	15,18%	15,18%	5.928	101,47%	3,71%	3,55%
SANTO ANDRÉ	4.363	4.027	8,33%	8,33%	3.866	112,86%	2,69%	2,74%
MARÍLIA	587	572	2,67%	2,67%	566	103,63%	0,36%	0,39%
S. B. DO CAMPO	4.776	4.384	8,94%	8,94%	4.748	100,57%	2,95%	2,98%
S. J. DOS CAMPOS	2.561	1.949	31,41%	31,41%	2.082	122,99%	1,58%	1,33%
ARARAQUARA	760	632	20,16%	20,16%	660	115,17%	0,47%	0,43%
FRANCA	560	484	15,89%	15,89%	517	108,44%	0,35%	0,33%
JUNDIAÍ	2.151	1.913	12,45%	12,45%	2.123	101,33%	1,33%	1,30%
PIRACICABA	1.085	1.099	(1,24%)	(1,24%)	1.211	89,56%	0,67%	0,75%
TABOÃO DA SERRA	1.657	1.595	3,91%	3,91%	1.648	100,55%	1,02%	1,08%
SÃO SEBASTIÃO	1.220	743	64,15%	64,15%	1.225	99,55%	0,75%	0,51%
IRF - SÃO PAULO	2.419	2.532	(4,47%)	(4,47%)	2.429	99,59%	1,49%	1,72%
DEINF	53.246	48.392	10,03%	10,03%	52.528	101,37%	32,85%	32,91%
IRF - CUMBICA	1.145	1.029	11,18%	11,18%	1.106	103,50%	0,71%	0,70%
VIRACOPOS	2.746	2.670	2,84%	2,84%	2.520	108,98%	1,69%	1,82%
PORTO DE SANTOS	6.717	6.296	6,67%	6,67%	6.687	100,44%	4,14%	4,28%
SÃO PAULO	47.546	42.355	12,26%	12,26%	47.324	100,47%	29,34%	28,81%
TOTAL 8RF	162.075	147.029	10,23%	10,23%	159.479	101,63%	100,00%	100,00%



**VARIAÇÕES RELEVANTES E FATORES QUE INFLUENCIARAM A ARRECADAÇÃO EM
2006
(POR TRIBUTO / CONTRIBUIÇÃO)**

➤ **Destaques Positivos:**

- **CPMF** – o incremento de 5,61% no volume de consultas ao Usecheque, entre os anos de 2005 e 2006, dá indicações de expansão no volume real de transações financeiras, o que, juntamente com depósitos judiciais da ordem de R\$ 236,53 milhões no ano, justifica o incremento real de 7,52% na arrecadação desta contribuição.
- **COFINS e PIS/PASEP** – apesar dos resultados de jul/06, out/06 e nov/06, a expansão dos pagamentos relativos ao principal das incidências cumulativa (exceto instituições financeiras que questionam se as receitas financeiras devem ou não integrar a base de cálculo das contribuições), não cumulativa e sobre importações, juntamente com os depósitos judiciais efetuados por diversas empresas e os pagamentos de COFINS em ago/06 e set/06 (benefícios da MP 303/06) são os fatores determinantes dos incrementos reais de arrecadação de 3,63% e 6,77%, respectivamente.
- **IRPJ e CSLL** – os incrementos reais de arrecadação de 8,57% e 10,67%, respectivamente, decorrem da expansão dos pagamentos efetuados com base em estimativa mensal e lucro presumido (destacando-se empresas que retomaram seus recolhimentos ao longo do ano), dos recolhimentos relacionados aos benefícios concedidos pela MP 303/06 e de pagamentos referentes a depósitos judiciais e administrativos (principalmente em out/06).
- **MP nº 303/06** - pagamentos relacionados aos benefícios concedidos pela MP 303/06 - PAEX, destacando-se : os pagamentos à vista (em atraso), que geraram um incremento nominal de 33,6% na arrecadação de multas, e aqueles referentes às receitas da dívida ativa, lançamentos de ofício, depósitos judiciais e administrativos e conversões de depósitos judiciais em renda da União, notadamente os efetuados em set/06.

➤ **Destaques negativos:**



- Superestimativa da previsão : a partir da adoção de indicadores macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica (SPE/MF), que se mostraram distantes da realidade (p.ex. Variação do PIB, Variação da Taxa Média do Câmbio, etc.) e da adição (a diversos tributos) de valores visando compatibilizar a previsão de arrecadação às projeções de ingressos de receitas constantes do decreto de execução orçamentária (Decreto 5.780/06), os quais não foram verificados, principalmente em jul/06 , out/06 e dez/06.
- Subestimativa dos efeitos das medidas de desoneração tributária vigentes em 2006, especialmente as referentes a bens de capitais, combustíveis e construção civil.
- Frustração das expectativas de recolhimento do IRRF-Trabalho e IRRF-Capital em dez/06.

II. Controle e Recuperação do Crédito Tributário

Cobrança Administrativa

Em 2006, a 8ªRF promoveu ações de cobrança sobre cerca de 693 mil milhões de Pessoas Jurídicas, envolvendo um valor superior a R\$ 1 bilhão em débitos cobrados; relativamente às Pessoas Físicas, foram emitidos em torno de 136 mil avisos de cobrança, perfazendo um total de cerca de R\$ 170 milhões em novos débitos cobrados, conforme demonstrado a seguir:

Cobrança em 2006	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
Pessoa Jurídica (nº de PJ cobradas)	693.166	1.435
Pessoa Física (nº de avisos de cobrança)	294.106	2.347
TOTAL	-	1.605

Fonte: SRF/Sistemas Sief, ContacorPJ e ContacorPF

Carteira de Parcelamento de Tributos e Contribuições

Em dezembro de 2006, a carteira de parcelamento de tributos e contribuições administrados na 8ªRF contava com 67.222 processos, totalizando aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em créditos tributários.

O quadro abaixo demonstra a evolução da carteira de parcelamentos no âmbito da 8ªRF:



**CARTEIRA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
PROCESSOS ATIVOS (POSIÇÃO EM 31/DEZEMBRO)**

Região Fiscal	2006		2005	
	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Quantidade	Valor (R\$ mil)
8ª	67.222	2.706.191	56.722	2.655.712

Fonte: SRF/Sistema Sipade

Cobrança Executiva

Para cobrança executiva / inscrição em Dívida Ativa da União, a 8ªRF encaminhou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2006 mais de 180 mil processos, envolvendo mais de R\$ 15 bilhões em créditos tributários, conforme discriminado na tabela abaixo:

PROCESSOS ENVIADOS À PFN EM 2006 PELA 8ªRF

Processos	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
Enviados pelo Profisc	17.763 ✓	10.185
Envio Eletrônico - PJ	137.352 ✓	5.344
Envio Eletrônico - PF	33.598	221

Fonte: SRF/Corat

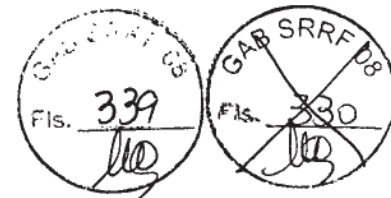
III. Fiscalização de tributos internos e aduaneiros

A missão da fiscalização de tributos internos e aduaneiros é a de elevar a percepção de risco do contribuinte faltoso, aumentando, dessa maneira, o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, assim, promovendo o incremento da arrecadação. Portanto, a fiscalização busca, sobretudo, resultados indiretos - que se realizam com a elevação do patamar de cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

➤ Procedimentos de Fiscalização - Tributos internos

A avaliação do desempenho e do aperfeiçoamento da Fiscalização requer a consideração de diversos fatores de forte influência nos resultados, sobre os quais não se tem governabilidade, tais como modificações na legislação tributária, decisões judiciais de interesse coletivo, fatores macroeconômicos - dentre outros.

No ano de 2006, foram fiscalizados, na 8ªRF, 6.442 sujeitos passivos, em procedimentos fiscais variados, dos quais resultaram lançamentos de ofício no valor aproximado de R\$ 22,9 bilhões, enquanto em 2005 foram fiscalizados 6.553 sujeitos passivos, com um crédito tributário de R\$ 24,3 bilhões - considerando-se, para esses



valores, apenas os procedimentos fiscais de fiscalização, sem considerar os realizados exclusivamente para aplicação de multas diversas nem os procedimentos de revisão de declarações. Esses números representam um decréscimo de 1,69% no número de sujeitos passivos fiscalizados e um decréscimo de 5,52% no valor do crédito tributário lançado, em relação ao ano anterior.

O quadro a seguir mostra a quantidade de sujeitos passivos fiscalizados e de crédito tributário lançado em 2006 na 8ªRF.

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO* DE TRIBUTOS INTERNOS – 2006

Categoria do Sujeito Passivo	Quantidade		Valor do Crédito Lançado ***	
	**	%	(R\$ mil)	%
Pessoa Jurídica sob acompanhamento diferenciado	771	11,97%	16.347.187	71,23%
Pessoa Jurídica - demais	1.689	26,22%	5.581.377	24,32%
Pessoa Física	3.982	61,81%	1.020.427	4,45%
TOTAL	6.442	100,00%	22.948.991	100,00%

Fonte: SRF/Cofis

* não inclui revisão de declarações

** quantidade de contribuintes fiscalizados

*** não inclui lançamentos exclusivamente de multas e os relativos a procedimentos fiscais encerrados parcialmente

A Receita Federal adota como estratégia e diretriz de ação a opção preferencial pela fiscalização de contribuintes com maior capacidade contributiva, os quais são objeto de um acompanhamento especial e diferenciado por parte da SRF. No caso da 8ªRF, que jurisdiciona mais de 40% dos contribuintes sob acompanhamento diferenciado do Brasil, o grau de acerto dessa opção pode ser constatado pela tabela acima, que demonstra que estas pessoas jurídicas, embora representando apenas 12% dos sujeitos passivos fiscalizados pela SRF em 2006, foram responsáveis por cerca de 71,2% do crédito tributário constituído de ofício no período. É importante ressaltar que os procedimentos fiscais realizados sobre estas pessoas jurídicas são aqueles mais demorados, o que influencia nos resultados apresentados em termos absolutos, mas apresenta um ganho em termos de justiça fiscal.

➤ **Procedimentos de Fiscalização Aduaneira**

Após realizado o despacho aduaneiro de mercadorias, são desenvolvidos procedimentos de fiscalização aduaneira com o objetivo de permitir maior profundidade



na análise das operações de importação e exportação registradas e desembaraçadas através do Siscomex e, desse modo, garantir o efetivo cumprimento da legislação pertinente, abrangendo as atividades de revisão, diligência e auditoria.

No intuito de conferir maior racionalização no emprego dos recursos disponíveis e, ainda, minimizar eventuais distorções econômicas decorrentes de concorrência desleal pautada em práticas de fraude no âmbito do comércio internacional, a Receita Federal tem buscado o aprimoramento dos instrumentos de planejamento das atividades de fiscalização aduaneira.

Além disso, a SRF vem executando atividades de pesquisa fiscal com vistas a proporcionar a desejável objetividade e eficácia ao planejamento das atividades de fiscalização, que são consolidadas no Plano Anual de Trabalho da Fiscalização Aduaneira.

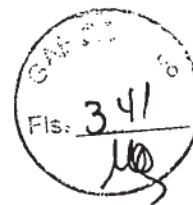
Em 2006, no âmbito dos tributos sobre comércio exterior, foram realizadas na 8ªRF mais de 1.000 ações fiscais, dentre ações de fiscalização pós-despacho e ações de combate à interposição fraudulenta, as quais resultaram em lançamentos da ordem de R\$ 1.365 milhões.

IV. Controle Aduaneiro

Como pode-se perceber com a apresentação no Item 03 dos Indicadores de Facilitação do Comércio Exterior, houve, na 8ªRF em 2006, um acréscimo nos tempos líquidos médios de despacho, tanto de importação, quanto de exportação, da ordem de 7,29% e 24,29%.

Primeiramente, é importante lembrar que o controle aduaneiro sobre mercadorias importadas e exportadas é executado por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX e com o objetivo de proporcionar maior agilidade ao comércio exterior brasileiro e, ao mesmo tempo, garantir o desejável nível de segurança dos controles, as operações de importação e exportação são, com base em parâmetros específicos, automaticamente direcionadas para um dos canais de conferência previstos pelo Sistema, que, por sua vez, determinam o conjunto de procedimentos de verificação a serem adotados.

Destarte, deve ser destacado que, além das atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema e de aprimoramento dos parâmetros de seleção, a SRF investe permanentemente no aperfeiçoamento de seu modelo de gerenciamento de risco e seleção das operações.



O que ocorreu na 8ªRF em 2006 é que independente do aumento do comércio internacional – amplamente divulgado através dos dados da Balança Comercial do Brasil – mais considerando as análises de risco realizadas e o patamar razoável, comparativamente com os padrões internacionais, dos tempos líquidos médios de despacho nesta Região Fiscal, adotou-se uma estratégia de aumentar a presença aduaneira no momento da efetiva entrada e saída das mercadorias no território nacional principalmente, em razão da necessidade de execução de ações de combate à fraude, as situações em que seja impossível ou improfícua a realização de fiscalização posterior no estabelecimento do importador ou exportador. Adotou-se, então, um padrão de parametrização visando intensificar a conferências documental, física e de valor dos despachos, no caso das importações para um percentual de 21,26% do total de DI (Declarações de Importações) e DSI (Declaração Simplificada de Importações) e no caso das exportações para um percentual de 31,98% do total de DDE (Despachos de Declarações de Exportação) e DSE (Declaração Simplificada de Exportações), conforme demonstrado a seguir.

VOLUME DE IMPORTAÇÕES PROCESSADAS EM 2006 NA 8ªRF

Canal de Conferência	Quantidade de DI e DSI Registradas	Peso Líquido (toneladas)	Valor em US\$ da mercadoria
Verde	680.408		
Amarelo	52.511		
Vermelho	112.214		
Cinza	1.085		
Total	864.199	23.614.779	37.611.551.227

Fonte: SRF/Siscomex-Gerencial

VOLUME DE EXPORTAÇÕES PROCESSADAS EM 2006 NA 8ªRF

Canal de Conferência	Quantidade de DDE e DSE Parametrizadas	Peso Líquido (toneladas)	Valor em US\$ da mercadoria
Verde	500.445		
Laranja	42.035		
Vermelho	38.144		
Total	735.728	46.930.091	50.335.098.059

Fonte: SRF/Siscomex-Gerencial

V. Tributação



Além da orientação tributária e da assessoria jurídica, a área de tributação da Superintendência Regional da Receita Federal na 8ªRF foi responsável, em 2006, pela apreciação de 1.066 processos de consultas sobre legislação tributária formuladas pelos contribuintes, o que representa um acréscimo de 27% em relação aos processos resolvidos em 2005. Grande parte destas consultas se referiam às alterações na legislação sobre o PIS e Cofins, especialmente sobre as hipóteses de incidência não cumulativa.

Uma outra atividade relevante da área de tributação diz respeito à capacitação, dos servidores da 8ªRF, em legislação tributária, por este motivo foram realizados diversos seminários e palestras nas Unidades Locais, assim como eventos nacionais em conjunto com a Coordenação-Geral de Tributação e as Delegacias da Receita Federal de Julgamento na 8ªRF..

VI. Atendimento ao Contribuinte

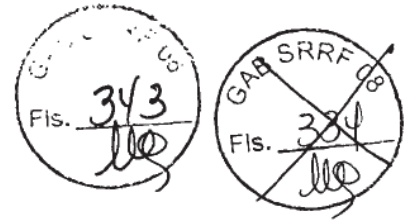
Atendimento Pessoal

No ano de 2006, foram realizados nos Centros de Atendimento - CAC da 8ªRF mais de 3,1 milhões de atendimentos pessoais, com uma média mensal superior a 265 mil de atendimentos. Desse total, aproximadamente 97% foram conclusivos.

Como pode-se perceber com a apresentação no Item 03 dos Indicadores de Facilitação do Cumprimento das Obrigações Tributárias na 8ªRF, vem ocorrendo uma progressiva agilização do atendimento ao contribuinte, o que já resultou num tempo médio de espera de 23 minutos e 26 segundos, em 2006, e uma redução de 25,37% em termos comparativos com 2005.

Os principais serviços demandados, conforme dados disponíveis no Sistema Saga foram: "CPF (inscrição, alteração, 2ª via, baixa)", representando 14,11% dos atendimentos; "Pesquisa de Situação Fiscal", com 13,08% dos atendimentos pessoais realizados em 2006; e "CNPJ (inscrição, alteração, baixa, 2º via e outros)", com 13,03%.

As outras sistemáticas de atendimento dos contribuintes, pela internet ou por telefone (Receitafone) são acompanhadas e avaliadas nacionalmente, não sendo possível mensurar, regionalmente, os seus resultados. Mas é possível afirmar que quanto à entrega de declarações, via internet, a 8ªRF apresenta percentuais superiores a 97% de adesão. Ainda é importante destacar que os contribuintes sob acompanhamento diferenciado são obrigados a utilizar a certificação digital para relacionamento com a



SRF, o que permite que uma gama muito ampla de serviços possam ser prestados sem que os contribuintes (ou seus representantes) tenham que comparecer às Unidades da SRF.

VII. Controle de Mercadorias Apreendidas

Entre as atividades de controle de mercadorias apreendidas, desenvolvidas no exercício de 2006 na 8ªRF, destacam-se as seguintes:

Operações de Vigilância e Repressão : Em 2006 foram realizadas na 8ªRF várias operações de Vigilância e Repressão, sendo que 16 classificadas como especiais, envolvendo 260 servidores, entre AFRF e TRF, que resultaram na lavratura de 210 autos de infração de apreensão de mercadorias com valor superior a R\$ 52 milhões. Tais operações foram sempre acompanhadas de intensa divulgação na mídia, especialmente as realizadas durante os últimos meses do ano nos shoppings populares das regiões da 25 de março e da Av.Paulista, pois resultaram em apreensões de mercadorias que ingressaram irregularmente no país ou são falsificadas os contrafeitas.

Processos de Apreensão: Em 2006 foram cadastrados no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA o total de 11.806 processos de apreensão compreendendo um valor de R\$ 225.347.760,71. Dentre os produtos mais apreendidos, destacam-se : informática, eletro-eletrônicos, veículos, aeronaves, embarcações, participando com quase 60% das apreensões, em valor, realizadas no ano.

Saída de Mercadorias: Em 2006 foi contabilizada a saída do CTMA de R\$ 132.387.026,90 em mercadorias apreendidas. Deste montante, destacam-se a saída por incorporação (Órgãos da Administração Pública e Entidades Beneficentes), num montante de R\$ 25.338.271,17, e a saída por destruição (referente à destruição de cigarros, produtos contrafeitos, mercadorias imprestáveis para outra forma de destinação, etc.), que representou R\$ 23.955.371,21 em valores históricos (isto é, considerados os valores constantes dos processos de apreensão). Destaca-se, também, a saída por leilão (leilão destinado a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas), que correspondeu a R\$ 31.855.997,90.

Resultado de Leilões: No ano de 2006, foram realizados 9 leilões, com uma arrecadação efetiva de R\$ 31.855.997,90. Deste montante, 1 leilão foi destinado a pessoas físicas, resultando na arrecadação de R\$ 1.952.410,00, e 8 leilões para pessoas jurídicas, com uma arrecadação de R\$ 29.903.587,90.



Divulgação na Internet das Destinações de Mercadorias: Mensalmente são disponibilizadas na página da SRF na Internet informações consolidadas referentes às destruições de maços de cigarros, resumo dos editais e as respectivas arrecadações com os leilões de mercadorias apreendidas. Também é divulgado um resumo de todas as destinações por incorporação realizadas, através de quadro contendo número e data do ato de destinação, nome do beneficiário, resumo das mercadorias e valor total do processo.

VIII. Capacitação e Desenvolvimento

No ano de 2006, foram realizados na 8ªRF 61 eventos de capacitação, nos quais foram treinados 5.184 servidores, que corresponde a um incremento de 38% na amplitude dos treinamentos. Tal resultado foi obtido apesar da redução das despesas em capacitação – cujo montante total foi de R\$ 1,011 milhões - em 7,35% em relação ao ano de 2005.

Há de se destacar a realização do evento de extensão universitária III Curso de Formação em Direito Tributário pelo IBET , que teve início em março de 2006 e se prolongará até junho de 2007 envolvendo 48 servidores.

Além disso, foi realizada, em todas Unidades da 8ªRF, a 3ª fase do Concurso Público de 2005/2006 para 340 Auditores Fiscais (AFRF) e 600 Técnicos (TRF), compreendendo palestras, seminários e treinamentos em serviço.

IX. Tecnologia e Segurança da Informação

Uma das áreas em que a 8ªRF mais avançou em 2006 foi na Tecnologia e Segurança da Informação onde foram realizadas, entre outras, as seguintes ações:

- 1) Utilização de novas ferramentas na área de infra-estrutura de TI (Tecnologia da Informação), tais como, Web/Proxy para controlar e otimizar o uso da internet; especificação de equipamentos e tecnologia e realização de testes para implantar Voz sobre IP/Rede; reinstalação da infra-estrutura Tivoli para monitoramento do ambiente informatizado em toda a Região Fiscal; especificação do produto e elaboração do termo de referência para aquisição de equipamentos para vídeo-conferência; elaboração de termos de referência para as licitações de adequação das redes elétricas e lógicas de todas as Unidades da 8ªRF ao padrão adotado pela SRF; participação, junto com a Dipol, de todas as licitações envolvendo equipamentos ou serviços da área de tecnologia da informação; implantação do uso da certificação digital por todos os servidores da 8ªRF e melhoria do padrão de



gestão do ambiente Lotus Notes; realização de auditorias de gestão de segurança e palestras sobre segurança da informação nas Unidades; realização e estudos e testes do uso de ferramentas de software livre na SRF;

- 2) Intensificação da execução das atividades de malha-cadastro, obtendo-se ao final de 2006 os resultados apresentados a seguir :

Índices	Malha Ditec IRPF	Malha Cadastro IRPJ	Malha Cadastro ITR
8ª RF	1,70	5,27	11,14
Brasil	1,74	4,79	21,79
Brasil - 8ª RF	1,76	4,62	22,75
Resultado 8ª RF / Demais RF	3,41% inferior	14,07% superior	51,03% inferior

- 3) Intensificação da execução das ações de capacitação e desenvolvimento para todos os servidores da área de Tecnologia, especialmente os recém-ingressados no último Concurso Público (16 AFRF e 25 TRF), e focando especialmente a administração do ambiente Lotus Notes, as normas e a Gestão de Segurança na SRF, e o uso de novas ferramentas de TI.

X. Programação e Logística

Responsável por garantir os bons resultados obtidos pela 8ªRF nas suas atividades-fins, a área de Programação e Logística, capitaneada pela Divisão de Programação e Logística desta Superintendência (Dipol08), realizou ações diversas que foram materializadas através da realização das despesas resumidas no quadro a seguir :

DESPESAS CORRENTES

<u>elemento de despesa</u>	<u>código ED</u>	<u>ano 2004</u>	<u>ano 2005</u>	<u>ano 2006</u>
diárias	339014	R\$ 3.155.252,23	R\$ 4.144.685,60	R\$ 3.926.300,98
passagens	339033	R\$ 1.590.710,48	R\$ 1.766.742,78	R\$ 1.529.263,68
material consumo	339030	R\$ 3.736.380,06	R\$ 6.507.337,25	R\$ 5.940.927,52
serviços terceiros PF	339036	R\$ 2.932.319,74	R\$ 2.716.116,21	R\$ 2.793.068,89
locação mão-de-obra	339037	R\$ 14.859.221,83	R\$ 18.859.265,37	R\$ 28.517.381,81
serviços terceiros PJ	339039	R\$ 27.413.527,46	R\$ 35.656.617,60	R\$ 47.363.027,31
exercícios anteriores	339092	R\$ 3.509.285,68	R\$ 3.089.312,68	R\$ 987.571,44
indenizações/restituições	339093	R\$ 594.959,46	R\$ 1.651.089,99	R\$ 1.108.265,83
obrigações tributárias	339047	R\$ 50.629,62	R\$ 66.871,42	R\$ 46.210,80
convenio- CIEE	335039	R\$ 2.489.927,00	R\$ 2.643.999,55	R\$ 2.387.960,10
aplic.dir.intra orçament	339100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 385.365,17
Total		R\$ 60.332.213,56	R\$ 77.102.038,45	R\$ 94.985.343,53

INVESTIMENTOS



OBRAS	R\$ 667.046,09	R\$ 1.797.105,23	R\$ 58.753.451,94
MATERIAL PERMAN	R\$ 2.248.895,13	R\$ 51.772.537,19	R\$ 35.591.916,25
INVERSÕES FINANC	R\$ 0,00	R\$ 220.000,00	R\$ 810.000,00
TOTAL	R\$ 2.915.941,22	R\$ 53.789.642,42	R\$ 95.155.368,19

Para fins de visualização as ações realizadas em 2006 pode ser agrupadas da seguinte forma:

1) Ações de administração geral e manutenção das Unidades – que são aquelas ações ordinárias que apóiam o funcionamento das Unidades Gestoras da SRF na 8ªRF e permitem o seu funcionamento. O acréscimo de 23% nas despesas correntes entre 2006 e 2005 na 8ªRF, assim como grande parte do acréscimo em investimentos, podem ser creditadas à intensificação de ações organizadas a partir de mutirões, tanto em ações de fiscalização e vigilância e repressão como ações para reduzir os maiores estoques da 8ªRF (cobrança, inscrição/alteração no CNPJ, compensações, créditos sub judice) e à busca de atendimento às demandas históricas reprimidas na área de logística (novas locações, reformas e ampliações das Unidades, contratação de terceirizados, armazéns, transportes e destruição de mercadorias apreendidas, adequação de rede lógica, etc.) Ao mesmo tempo ocorreu uma otimização na utilização dos recursos destinados à diárias e passagens aéreas, e à telefonia, ao mesmo tempo em que as Unidades da SRF passaram a oferecer melhores condições de trabalho e de atendimento ao público em geral.

2) Ações de implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) na 8ªRF – que representou a R\$ 85,76 milhões em investimentos e quase R\$ 2,1 milhões em despesas correntes em 2006. As principais ações realizadas através do PMATA na 8ªRF foram:

- modernização e ampliação da infra-estrutura de armazenagem das mercadorias apreendidas, - compreendendo reforma e ampliação de depósitos na Capital e no Interior (Bauru, Araraquara, etc.), aquisição de equipamentos (porta-paletes e paletes);
- aquisição de veículos e equipamentos destinados ao aparelhamento das atividades de repressão aos ilícitos aduaneiros (lanchas e veículos terrestres);
- aperfeiçoamento da infra-estrutura de vigilância e fiscalização aduaneira da Alfândega do Porto de Santos (centro operacional de vigilância e upgrade de scanner);
- aperfeiçoamento da infra-estrutura tecnológica de todas as Unidades da 8ªRF (equipamentos para rede elétrica estabilizada e rede lógica, equipamentos



para vídeo-conferência, equipamentos para implantação de soluções de conectividade, contratação de projetos, obras e fiscalização de obras para adequação de rede lógica de todas Unidades da 8ªRF).

- 3) Ações de investimento com recursos ordinários (fora do PMATA) - continuidade de obras de reforma/construção de edifícios iniciadas em 2005, aquisição de material permanente (especialmente mobiliário) e aquisição de edifício-sede para a ARF-Cotia (inversão financeira).

A maior dificuldade encontrada em 2006 foi consequência da demora na aprovação da Lei Orçamentária, que implicou na demora da fixação dos tetos orçamentários e na liberação dos recursos orçamentários para obra em andamento somente a partir de julho/2006, acarretando um atraso significativo no cronograma, o quase rompimento de alguns contratos e a postergação das referidas obras para 2007.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

ITEM IV
(Portaria CGU nº 555/2006, Anexo IX, item do Anexo X, da DN/TCU
nº 81/2006, nº 4.1)

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS 10 MAIORES
CONTRATOS**

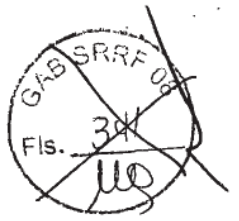
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA OITAVA REGIÃO FISCAL 2006

		CONCORRÊNCIA					
NUMERO	TOTAL ADJUDICADO (R\$)	CONTRATOS 2006	VALOR (R\$)	OBJETO	EMPENHO	E.D.	
1	R\$ 1.684.196,88	18	1.290.001,28	Objeto: Elaboração de projetos básicos dos itens 1 a 9 da Concorrência SRRF08/Dipol nº 1/2006.	2006900448	449051	
		19	134.551,20	Objeto: Prestação de serviço de assessoria técnica na fiscalização de projetos básicos dos itens 10, 17, 18 da Concorrência SRRF08/Dipol nº 1/2006.	2006NE900449	449051	
		20	259.644,40	Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnica na fiscalização dos projetos básicos dos itens 11 a 16 da Concorrência SRRF08/Dipol nº 1/2006.	2006NE900450	449051	
2	R\$ 878.607,75	36	119.142,90	Objeto: Prestação de serviço de assessoria técnica à fiscalização do projeto executivo e instalação de novas redes elétrica e lógica e reapropriação ambiental em parte do edifício situado na Av. Prestes Maia nº 733, Luz, São Paulo, SP.	2006900791	449051	
3	R\$ 9.876.095,11	35	9.876.095,11	Objeto: Elaboração de projeto executivo e instalação de novas redes elétrica e lógica e reapropriação ambiental em parte do edifício situado na Av. Prestes Maia nº 733, Luz, São Paulo, SP, conforme projeto básico.	2006900781	449051	
DISPENSA							
37		12	7.635.000,00	Objeto: Locação de imóvel situado na rua Augusta nº 1.562/1.582, São Paulo, SP, destinado a sediar o Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo.	2006NE900392	339039	
TOMADA DE PREÇOS 2006							
1		11	390.525,00	Objeto: Prestação de serviço de assessoria técnica na fiscalização de obras e/ou reformas dos itens 1 e 2 da Tomada de Preços SRRF08/Dipol nº 1/2006.	170146 1 2006NE900126	339039	

GAB. SRRF 08
 Fis. 349
 [Assinatura]

GAB. SRRF 08
 Fis. 340
 [Assinatura]

[Assinatura]



INEXIGIBILIDADE						
NÚMERO	TOTAL ADJUDICADO (R\$)	CONTRATOS 2006	VALOR (R\$)	OBJETO	EMPENHO	E.D.
2		6	130.000,00	Objeto: Contratação de pessoa jurídica para ministrar o III Curso de Formação em Direito Tributário - nível de especialização, para 48 (quarenta e oito) servidores da carreira de Auditor da Receita Federal com lotação na Superintendência Regional da Receita Federal na 8ª Região Fiscal e Unidades pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo.	2006NE900105	339039
NAO HOUVE CONVITES EM 2006						
PREGOES						
PREGAO 2005	TOTAL ADJUDICADO (R\$)	CONTRATOS 2006	VALOR (R\$)	OBJETO	EMPENHO	E.D.
22	R\$ 536.363,63	1	536.363,63	Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de destruição de mercadorias apreendidas enquadradas na Classe I da Norma NBR 10004, por co-processamento e/ou incineração que atendam às normas e legislações pertinentes no âmbito da fiscalização da Secretaria da Receita Federal na Oitava Região Fi scal.	2006NE900089	339039
PREGÕES 2006						
			VALOR TOTAL			
1	R\$ 1.239.891,96	4	587.568,24	Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão-de-obra, materiais domissanitários, materiais e equipamentos para a Delegacia da Receita Federal de Administração em São Paulo - DERAT.	2006NE900079	339030
4	R\$ 2.069.500,00	7	459.000,00	Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de transporte rodoviário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual, de mercadorias apreendidas, mobiliários e cargas em geral.	2006NE900235	339039
		9	765.000,00	Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de transporte rodoviário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual, de mercadorias apreendidas, mobiliários e cargas em geral, referente ao item 31(re) do Edital do Pregão Eletrônico SRRF08 nº 04/2006.	2006NE900155	339030



			10	450.000,00	Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de transporte rodoviário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual, de mercadorias apreendidas, mobiliários e cargas em geral referente ao item 4 (quatro) do Edital do Pregão Eletrônico SRRF/06 nº 04/2006.	2006NE900204	339039
5	R\$ 7.729.467,00		21	3.864.733,50	Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na construção de embarcação automotora para serviços realizados no mar, para o fornecimento de 01(uma) lancha dotada de equipamentos náuticos especializados, destinada para a Alfândega da Receita Federal em Santos.	2006NE900488	449052
			22	3.864.733,50	Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na construção de embarcação automotora para serviços realizados no mar, para o fornecimento de 01(uma) lancha dotada de equipamentos náuticos especializados, destinada para a Alfândega da Receita Federal em Santos.	2006NE900576	449052
9	R\$ 1.273.960,00		25	479.960,00	Objeto: Aquisição de 4 (quatro) unidades do veículo caminhonete tipo "SPORT-UTILITY", marca Nissan, modelo X-Terra SE 4x4 Tdi Electronic, para a Receita Federal da Oitava Região Fiscal.	2006NE900650	449052
			26	487.000,00	Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de veículo MOTOR-HOME - PLATAFORMA ÔNIBUS, marca COMIL, modelo CAMPIONE 3.45 para a Receita Federal da 8ª Região Fiscal.	2006NE900651	449052
10	R\$ 6.241.090,00		34	6.241.090,00	Objeto: Aquisição de solução de conectividade para ambientes de redes locais, com instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento, para as Unidades da Receita Federal da 8ª Região Fiscal e das Delegacias da Receita Federal de Juizamento situadas no Estado de São Paulo.	2006NE900785	449052

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BAURU (UASG 170135)

CONCORRÊNCIA	
NUMERO	E.D.
TOTAL ADJUDICADO (R\$)	EMPENHO
CONTRATOS 2006	OBJETO
VALOR (R\$)	

OBJETO: seleção de pessoa jurídica especializada visando sua contratação para a ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO DEPOSITO REGIONAL DE MERCADORIAS APREENHIDAS EM BAURURU/SP, localizado na Rua Halim Aidar, s/n, Vila Pacifico, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, conforme Projeto Básico.

449051

2006NE900526

6.909.186,42

3

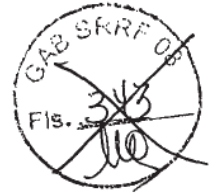
R\$ 6.909.186,42

INSPECTORIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO PAULO (UASG 170259)

CONCORRENCIA

NÚMERO	TOTAL ADJUDICADO (R\$)	CONTRATOS 2006	VALOR (R\$)	OBJETO	EMPENHO	E.D.
1	13.764.822,20	17	13.764.822,20	Objeto: Execução total da obra de reforma do depósito de mercadorias apreendidas da IRFSP no bairro do Ipiranga - São Paulo/SP e concomitantemente a elaboração do respectivo projeto Executivo.	2006NE900197	449051

MF/SRF/SRRF/8ª RF/DIPOI
 Divisão de Programação e Logística
 Em 26/03/2007
 Marcela Baptista de Araújo
 Chefetia - CIRA nº 003573



(Handwritten mark)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

**ITEM V – MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES
DETECTADAS**

ITEM SEM INFORMAÇÃO A RELATAR


EDMUNDO RONDINELLI SPOLZINO
SIPE nº 23.573
SUPERINTENDENTE – 8ª RF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

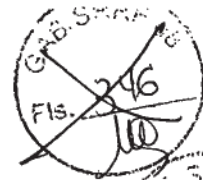
ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

**ITEM VI – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E
OUTROS MEIOS)**



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal – 8ª Região Fiscal
Divisão de Programação e Logística - DIPOL



I – RELATÓRIO DE GESTÃO 2006 DIPOL/SRRF08

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência, etc)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)
CONVENIO	509033	10880.002501/2004-58 Convênio 01/2004 - Ass.15/07/2004 - vig; 15/07/2004 a 31/12/2004 - 1º Termo Aditivo - Ass.21/12/2004-vig; 01/01/2005 a 31/12/2005 - 2º Termo Aditivo - Ass.06/12/2005-vig; 01/01/2006 a 31/12/2006	Realização de estágio e concessão de bolsa de estágio a estudantes de nível universitário	Convênio 01/2004 - publicação:20/07/2004 - 1º Termo Aditivo - publicado 29/12/2004 - 2º Termo Aditivo - publicado 19/04/2006	R\$ 3.150.576,00	R\$ 2.387.960,10	CIEE - Centro de Integração Empresa Escola 61600839/0001-55

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS):	SALDOS DAS CONTAS DE CONVÊNIOS:
	a) Detalhar saldo de VALORES A LIBERAR (conta contábil 199620300), CONTA - SALDO 0 (ZERO) - SEM PENDÊNCIA, portanto, nada a comentar;
	b) Detalhar SALDOS A APROVAR (conta contábil 199620500), CONTA - SALDO 0 (ZERO) - SEM PENDÊNCIA, portanto, nada a comentar;
	c) Detalhar SALDOS A COMPROVAR (conta contábil 199620400), CONTA - SALDO 0 (ZERO) - SEM PENDÊNCIA, portanto, nada a comentar.

Obs.: Valor total pactuado: refere-se ao valor de bolsas-estágio para a totalidade de vagas (935)
Transferido no exercício: refere-se ao valor total das despesas com o convênio no exercício 2006.

NENHUMA UNIDADE GESTORA DA 8ª RF FIRMOU CONVÊNIOS OU OUTROS AJUSTES NO PERÍODO.

Portaria CGU nº 555/2006
NE 03/2006
ANEXO IX
Item 6

Tipo	Código Siasi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência, etc)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)
CONVENIO	509033	10880.002501/2004-58 Convênio 01/2004 - Ass. 15/07/2004 - vigência; 15/07/2004 a 31/12/2004 - 1º Termo Aditivo - Ass. 21/12/2004-vigência; 01/01/2005 a 31/12/2005 - 2º Termo Aditivo - Ass. 06/12/2005-vigência; 01/01/2006 a 31/12/2006	Realização de estágio e concessão de bolsa de estágio a estudantes de nível universitário	Convênio 01/2004 - publicação: 20/07/2004 - 1º Termo Aditivo - publicado 29/12/2004 - 2º Termo Aditivo - publicado 19/04/2006	R\$ 3.150.576,00	R\$ 2.387.960,10	CIEE - Centro de Integração Empresa Escola 61600839/0001-55

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS):

SALDOS DAS CONTAS DE CONVÊNIOS:

- a) Detalhar saldo de VALORES A LIBERAR (conta contábil 199620300), CONTA - SALDO 0 (ZERO) - SEM PENDÊNCIA, portanto, nada a comentar;
- b) Detalhar SALDOS A APROVAR (conta contábil 199620500), CONTA - SALDO 0 (ZERO) - SEM PENDÊNCIA, portanto, nada a comentar;
- c) Detalhar SALDOS A COMPROVAR (conta contábil 199620400), CONTA - SALDO 0 (ZERO) - SEM PENDÊNCIA, portanto, nada a comentar.

Obs.: Valor total pactuado: refere-se ao valor de bolsas-estágio para a totalidade de vagas (935)
Transferido no exercício: refere-se ao valor total das despesas com o convênio no exercício 2006.

NENHUMA UNIDADE GESTORA DA 8ª RF FIRMOU CONVÊNIOS OU OUTROS AJUSTES NO PERÍODO.

Fis. 356

Fis. 249

MF/SRF/SRRF/8ª RF/DIPIOL
Divisão de Programação e Logística
Em 07/03/2007
Marcelo Barreto de Araújo
Chefe Dipol - Siazg nº 003573



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

**ITEM VIII – PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM
RECURSOS EXTERNOS**

ITEM SEM INFORMAÇÕES A RELATAR


EDMUNDO RONDINELLI SPOLZINO
SIRE Nº 23.573
SUPERINTENDENTE – 8ª RF




MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Superintendência da Receita Federal em São Paulo - 8ª RF

ANEXO II

REFERÊNCIAS PARA COMPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES
SOLICITADAS NA DN TCU Nº 81/2006 E
PORTARIA CGU Nº 555/2006

**ITEM IX – PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR
RENÚNCIA FISCAL**

ITEM SEM INFORMAÇÕES A RELATAR


EDMUNDO RONDINELLI SPOLZINO
SIRE Nº 23.573
SUPERINTENDENTE - 8ª RF